

Capítulo 1

INTRODUÇÃO.....	19
-----------------	----

Capítulo 2

ANÁLISE DO QUADRO ATUAL DE USO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS.....	25
2.1 O fortalecimento dos pronunciamentos jurisdicionais no Direito	25
2.2 Razões teóricas para o fortalecimento dos pronunciamentos jurisdicionais: a busca nos precedentes da precisão, previsibilidade e segurança exegéticas perdidas	35
2.2.1 As grandes tradições jurídicas ocidentais	35
2.2.2 O Estado Legislativo e o positivismo exegético.....	40
2.2.3 A Crise do Estado Legislativo, o positivismo normativista e o realismo jurídico.....	44
2.2.4 Estado Constitucional, pós-positivismo e neoconstitucionalismo.	65
2.3 Razões político-institucionais para o fortalecimento dos pronunciamentos jurisdicionais: tentativa de controle pela cúpula judiciária dos novos poderes jurisdicionais.....	80
2.4 Razões práticas para o fortalecimento dos pronunciamentos jurisdicionais: maior facilidade de acesso aos precedentes e a economia argumentativa causada	96
2.5 Razão legislativa específica: a edição do código de processo civil de 2015 ...	100
2.6 Os erros sobre precedentes no Brasil	113
2.6.1 Tomar ementa ou tese por precedente e aplicá-los por meio de um silogismo	113
2.6.2 Indicar que o constitucionalismo contemporâneo implica uma aproximação ao <i>common law</i>	124
2.6.3. Defender a ideia de que a vinculação dos precedentes é garantia de segurança jurídica enquanto previsibilidade.....	132
2.6.4. Tomar indistintamente precedente, súmula e jurisprudência.	142

Capítulo 3

O QUE É PRECEDENTE	149
3.1 Os três níveis de análise: necessidade de compreensão dos precedentes por meio dos vários níveis do Direito para evitar um amestramento de juízes e operadores por um positivismo judicial de cúpula.....	149
3.2 A infraestrutura filosófica: Filosofia moderna X Hermenêutica filosófica	154
3.3 Nível das estruturas profundas: teoria e ideologia do precedente	168
3.3.1 Aspectos de definição: critério de distinção entre <i>ratio decidendi</i> e <i>obiter dictum</i>	180
3.3.2 Aspectos de definição: ponto de referência na decisão	192
3.3.3 Aspectos de definição: modal deôntico do precedente	199
3.3.4 Aspectos de definição: grau de abstratividade da norma jurisprudencial.....	207
3.3.5 Aspectos sistemáticos: estática sistêmica do precedente	214
3.3.6 Aspectos sistemáticos: dinâmica sistêmica do precedente	235
3.3.7 Aspectos sistemáticos: abertura/fechamento argumentativo.....	241
3.3.8 Aspectos pragmáticos: fonte/efeito da <i>ratio</i> de um precedente	242
3.3.9 Aspectos pragmáticos: método de argumentação.....	250
3.3.10 Aspectos pragmáticos: critérios para não se utilizar um precedente	250
3.3.11 Aspectos de justificação: critério de justiça	255
3.3.12 Aspectos de justificação: embasamento ideológico	257
3.3.13 O paradigma normativo: <i>judicial reference</i> e <i>judicial legislation</i>	258
3.3.14 O paradigma contextualista: <i>judicial exegesis</i> , <i>judicial analogy</i> e <i>judicial revaluation</i>	266
3.3.15 O paradigma sistêmico: Dworkin e a incorporação da Hermenêutica filosófica	274
3.4 O referencial filosófico e teórico/ideológico adotado para estudo dos precedentes: Hermenêutica filosófica como infraestrutura adequada ao Direito como integridade e as estrutura em rede do sistema coerentista de precedentes.....	281
3.5 O conceito de precedente proposto	300
3.6 O nível superficial do direito positivo: a contribuição prioritariamente formal para compreensão e estudo dos precedentes.....	304
3.6.1 Uniformização íntegra, estável e coerente	310
3.6.2 A observância do rol do art. 927	326

3.6.2.1	O que faz um pronunciamento jurisdicional constar no art. 927.....	327
3.6.2.2	O que se deve entender por “observar” o rol do art. 927	335
3.6.2.3	Inexistência de hierarquia entre os itens do art. 927: novas considerações sobre o sistema de precedentes	338
3.6.3	A tese do julgamento de casos repetitivos e do Incidente de Assunção de Competência.....	344

Capítulo 4

AS FUNÇÕES E O USO DO PRECEDENTE.....		353
4.1	A identificação de característica própria do precedente na <i>applicatio</i> para definir sua função principal no Direito	353
4.2	Função principal do precedente: enriquecimento hermenêutico do sistema jurídico	369
4.3	Função secundária do precedente: segurança jurídica como coerência sistêmica e integridade	382
4.3.1	Critérios a serem observados na obtenção da segurança como coerência sistêmica e integridade.....	393
4.3.2	Coerência sistêmica ampla: a consideração de precedentes extrajudiciais.....	405
4.4	Função secundária do precedente: igualdade como dever de impedir a desintegração e a hiperintegração do Direito	416
4.5	Função secundária do precedente: a economia argumentativa.....	426
4.6	O uso do precedente com suporte em sua função principal e a insuficiência da subsunção	429
4.7	O uso do precedente arrimado na determinação de sua força hermenêutica	445
4.8	Elementos formais de determinação da força hermenêutica do precedente	451
4.8.1	Nível hierárquico da corte emissora	452
4.8.2	Tipo de processo, recurso ou incidente em que se emitiu o precedente	453
4.8.3	Órgão interno do tribunal emissor.....	455
4.8.4	Votação por maioria ou unanimidade	456
4.8.5	Modificação da composição da corte emissora	457
4.9	Elementos materiais de determinação da força hermenêutica do precedente...	458
4.9.1	Elementos materiais de justificação: fundamentação adequada e detida	459

4.9.2	Elementos materiais de justificação: grau qualitativo e quantitativo de análise das questões de fato e de direito envolvidas	468
4.9.3	Elementos materiais de justificação: o ramo do Direito envolvido e o grau de complexidade da causa.....	469
4.9.4	Elementos materiais de justificação: a idade do precedente	470
4.9.5	Elementos materiais de coerência: coerência paradigmática ampla (observância do paradigma sistêmico-hermenêutico).....	474
4.9.6	Elementos materiais de coerência: existência ou não de desafio ao precedente	475
4.9.7	Elementos materiais de coerência: similitude hermenêutica das questões suscitadas	476
4.9.8	Elementos materiais de coerência: guinada jurisprudencial e efeito <i>ex nunc</i>	476
4.9.9.	Elementos materiais de coerência: observância a precedentes não judiciais.....	478
4.9.10	Elementos materiais de coerência: modificação do plano legislativo ou constitucional	479
4.9.11	Elementos materiais de coerência: modificação ou manutenção do quadro político e social geral	481
4.9.12	Elementos materiais de coerência: apoio ou desafio acadêmico	481

Capítulo 5

CONCLUSÃO	483
REFERÊNCIAS	491